


DOI: 10.47694/issn.2674-7758.v2.i6.2020.281304

## ENTRE DATAS, FESTAS E COMPÊNDIOS: A HISTÓRIA COMO PEDAGOGIA CÍVICA NA AMAZÔNIA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Silvio Ferreira Rodrigues<sup>1</sup> 

**Resumo:** Partindo de uma abordagem da história social da intelectualidade na Amazônia, este artigo pretende discutir o uso da história como instrumento pedagógico na construção da identidade nacional no norte do Brasil no início do século XX, em especial no Estado do Pará. Desse modo, procura-se mapear as relações e estratégias políticas utilizadas por um grupo de intelectuais membros do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, os quais se dedicaram à tarefa de inserir a história da Amazônia no corpo da história nacional, revendo o passado com o objetivo de desenvolver no espírito do “povo” o sentimento de pertencimento à pátria brasileira.

**Palavras-chave:** História da Amazônia. Pedagogia cívica. Identidade nacional.

### BETWEEN DATES, PARTIES AND COMPENDIUMS: HISTORY AS CIVIC PEDAGOGY IN THE AMAZON IN THE EARLY 20th CENTURY

**Abstract:** Based on an approach to the social history of intellectuality in Amazon, this article aims to discuss the use of history as a pedagogical tool in the construction of national identity in northern Brazil in the early twentieth century, especially in the State of Pará. It seeks to map the political relations and strategies used by a group of intellectual members of the Historical and Geographic Institute of Pará, who dedicated themselves to the task of inserting the history of the Amazon into the body of national history, reviewing the past with the aim of developing in the spirit of the “people” the feeling of belonging to the Brazilian homeland.

**Keywords:** History of the Amazon. Civic pedagogy. National identity.

### ENTRE DATES, FÊTES ET COMPENDIUMS: L'HISTOIRE COMME PÉDAGOGIE CIVIQUE DANS L'AMAZONE AU DÉBUT DU XXe SIÈCLE

**Résumé:** Partant d'une approche de l'histoire sociale de l'intellectualité en Amazonie, cet article vise à discuter de l'utilisation de l'histoire comme outil pédagogique dans la construction de l'identité nationale au nord du Brésil au début du XXe siècle, en particulier dans l'État du Pará. En effet, cartographier les relations politiques et les stratégies utilisées par un groupe de membres intellectuels de l'Institut historique et géographique du Pará, qui se sont consacrés à la tâche d'insérer l'histoire de l'Amazonie dans le corps de l'histoire nationale, en passant en revue le passé dans le but de développer dans l'esprit du «peuple» le sentiment d'appartenance à la Patrie brésilienne.

**Mots-clés:** Histoire de l'Amazonie. Pédagogie civique. Identité nationale.

---

<sup>1</sup> Possui graduação História (Licenciatura e bacharelado) pela Universidade Federal do Pará (2004), mestrado e doutorado em História social da Amazônia pela UFPA (2004 e 2015). Fez viagem de investigação com bolsa (Prointer/Santander) na Accademia di San Luca em Roma (2014) sobre os artistas italianos que atuaram no Pará no século XIX. Seus trabalhos transitam nos campos da história social da medicina e da ciência e, mais recentemente, no campo da história social da arte na Amazônia nos séculos XVIII e XIX. Atualmente é professor da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará, onde pesquisa sobre ensino de história e usos da imagem em sala de aula.

## ENTRE FECHAS, FIESTAS Y COMPENDIOS: HISTORIA COMO PEDAGOGÍA CÍVICA EN LA AMAZONÍA A PRINCIPIOS DEL SIGLO XX

**Resumen:** Basado en un acercamiento a la historia social de la intelectualidad en la Amazonía, este artículo tiene como objetivo discutir el uso de la historia como herramienta pedagógica en la construcción de la identidad nacional en el norte de Brasil a principios del siglo XX, especialmente en el Estado de Pará. Busca mapear las relaciones políticas y estrategias utilizadas por un grupo de intelectuales integrantes del Instituto Histórico y Geográfico de Pará, quienes se dedicaron a la tarea de insertar la historia de la Amazonía en el cuerpo de la historia nacional, revisando el pasado con el objetivo de desarrollar en el espíritu de la “gente” el sentimiento de pertenecer a la patria brasileña.

**Palabras clave:** Historia de la Amazonía. Pedagogía cívica. Identidad nacional.

### Introdução

Desde as festas cívicas do início da década 1910 e, principalmente, durante os festejos do tricentenário da fundação da cidade de Belém do Pará, ocorridos entre 1915 e 1916, um grupo de intelectuais paraenses realizou uma série de eventos nos locais públicos. A ideia era despertar em meio à população o interesse pela história do passado amazônico. Por meio desses eventos cívicos, embalados pelas discussões travadas nos noticiários e a publicação de obras de cunho histórico produzidas naquele momento, esses intérpretes de um determinado passado amazônico procuraram quitar uma espécie de dívida que a sociedade brasileira, em especial a paraense, teria contraído com os seus “grandes homens”. Ao lado disso, eles buscaram fazer um trabalho pedagógico ao vulgarizar fatos e a vida desses “vultos pátrios” tomados como espelho moral, como uma coletânea de *exempla* acessível ao grande público, como bem nos mostra a historiografia produzida sobre o tema (BURKE, 2006, p. 69; KOSELLECK, 2006, p. 44; HARTOG, 2011, p. 178).

Partindo de uma abordagem da história social da intelectualidade na Amazônia, este artigo pretende discutir o uso da história como instrumento pedagógico na construção da identidade nacional no norte do Brasil no início do século XX, em especial no Estado do Pará. Acompanhando os argumentos que desenvolvo aqui, o leitor perceberá as relações e estratégias utilizadas por esses polígrafos que se arrogaram a tarefa de inserir a história da Amazônia no corpo da história nacional, revendo e reavendo o passado e buscando desenvolver no espírito dos paraenses o sentimento de pertencimento à pátria brasileira. Desse modo, datas comemorativas e festas cívicas, bem como a interpretação do passado produzida por uma agremiação de intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará, deveriam atender a esses fins ideológicos, convertendo-se, posteriormente, na história ensinada nas instituições

oficiais. Tal projeto, é preciso dizer, conviveu também com um forte desejo dos letrados paraenses em afirmar a Amazônia como um lugar de tradição intelectual que deveria ser levado em consideração pelo resto do país.

As ambições, os desejos e as aflições daqueles que procuram dar uma nova forma à história da região no início do século XX podem ser percebidos na ampla documentação que faço uso aqui. Trata-se, sobretudo, de um *corpus* documental que vai de jornais a materiais manuscritos e impressos, notadamente de cunho oficial, produzidos pelos membros do IHGP. Nos arquivos dessa instituição, encontram-se atas de reuniões administrativas e de estudo, correspondências trocadas com as autoridades, panfletos e relatórios, enfim, fontes ricas em informações a respeito desse contexto. Ler esses testemunhos históricos a contrapelo, contra as intenções de quem os produziu, como sugeria Walter Benjamin (1981, p. 1240), “significa supor que todo texto inclui elementos incontrolados” (GINZBURG, 2007, p. 11). Através desses indícios, temos acesso ao projeto de sociedade e de escrita da história almejados por esses homens do passado.

### **Um museu no Forte e a história nas relíquias**

Sobre uso da história como instrumento na construção de uma identidade nacional, Gursdorf afirma que “o que serve de consumo corrente dos indivíduos é um conjunto de fatos e de imagens, invocações de momentos privilegiada do passado que cada indivíduo encontra à sua disposição quando deles tem necessidade” (GURSDORF, 2001, p. 8). Na virada do XIX para o XX, todo esse repertório simbólico estava em fabricação na Amazônia. Um exemplo disso é o quadro *A Conquista do Amazonas*, de Antônio Parreiras, pintado em 1907 sob encomenda do governo do Pará. A tela narra um dos grandes feitos do período colonial, mas a sua produção faz parte de um projeto de construção de uma identidade regional do século XX (CASTRO, 2006). O mesmo pode ser dito a respeito do quadro *Fundação da Cidade de Belém do Pará*, de Theodoro Braga, encomendado pela intendência de Belém e apresentado ao público em 1908. São obras que interpretam um passado previamente selecionado com objetivo de se impor à memória: “por trás desses eventos históricos, sempre estiveram alicerçados muitos ideais da construção da nossa identidade nacional” (FIGUEIREDO, 2002, p. 109). Estes dois fatos (a fundação de Belém e a conquista do rio Amazonas) revelaram-se tão importantes para a criação de uma consciência regional/nacional que, em 28 de março de 1915, ainda no início dos preparativos para as comemorações de trezentos

anos de Belém, foi solicitado ao Comitê Patriótico, uma comissão de letrados locais, preparar “edições de postais ilustrados com os quadros - FUNDAÇÃO DE BALÉM, do Dr. Theodoro Braga”, que então se encontrava “na sala das sessões do Conselho Municipal de Belém”, e “A CONQUISTA DO AMAZONAS, de Antonio Parreiras”, que avulta na sala dos presidentes da República, e que deveriam começar a circular em 24 de dezembro daquele ano.<sup>2</sup>

Lançar mão desse expediente para forjar identidades coletivas não era novidade. É conhecido o papel da visibilidade na construção de uma nova concepção de tempo, capaz de promover a nacionalidade enquanto comunidade imaginada (ANDERSON, 1989, p. 32). O quadro pintado por Vítor Meireles em meados do século XIX retratando a primeira missa no Brasil, por exemplo, “fez, em grande parte, com que o Descobrimento tomasse corpo e se instalasse de modo definitivo no interior de nossa cultura (COLLI, 2005, p. 23). Anteriormente a isso, não faltaram artistas engajados em tarefas semelhantes. Na época da Revolução Francesa, “a atuação de Davi como pintor, revolucionário e teórico da arte, é o melhor exemplo do esforço de educação cívica mediante o uso de símbolos e rituais” (CARVAHO, 1995, p. 11).

No início do século XX, os intelectuais paraenses clamavam pelo resgate dos vestígios do passado amazônico, tendo como um dos seus principais porta-vozes justamente o pintor-historiador Theodoro Braga. Ainda em 1911, ele propôs a criação de um museu histórico para Belém. O local mais apropriado para tal feito seria dentro das muralhas do Forte do Castelo, consideradas como o último vestígio existente do nascimento da capital paraense, onde se teria dado o grande fato de sua fundação. Além da preocupação de se preservar os vestígios do passado, o museu teria uma nítida função de narrar uma história que servisse como instrumento da nacionalidade. Em relação a isso, assim se expressou Theodoro Braga em 1915: “precisamos de um museu onde o público vá, quotidianamente e gratuitamente aprender a história de Belém, a história do Pará, seus efeitos e o seu evoluir nos três séculos que conta de existência” (Apud. FIGUEIREDO, 2001, p. 108). A responsabilidade com o salvamento da história, segundo ele, era um dever social de todo cidadão e do poder público, já que o progresso e a vida moderna se encarregavam de apressar a destruição dos rastros e indícios de outrora. “A cidade de Belém”, ressaltava o pintor, “já começou a destruir para construir, e quantos fragmentos dignos não se vão perdendo para sempre”. Por isso, deveríamos

---

<sup>2</sup> IHGP, Fundo: Comitê Patriótico, Série: Atos de Correspondências, 1915.

“guardar os desenhos, as fotografias, as reproduções coloridas de usos e costumes de tudo que passa, se transforma, evolui e não se reproduz mais” (*Apud.* FIGUEIREDO, 2001, p. 108).

Para Theodoro Braga, portanto, era fundamental a criação de um museu no Forte do Castelo, onde figurasse elementos que seriam constitutivos básicos de uma identidade regional/nacional. Os documentos e objetos ali depositados seriam capazes de evocar um passado no qual os seus visitantes poderiam conhecer a sua própria história, envolta de valores cívicos e patrióticos. Diferente do museu enciclopédico, que deveria dar mostra de todo o conhecimento humano e do qual o Museu Emílio Goeldi, fundado em 1885, pode ser um exemplo (ABREU, 1996, p. 159), o museu regional teria como principal objetivo tratar da evolução da sociedade paraense durante os trezentos anos de sua história.

O desejo da criação do museu, como queria Theodoro Braga, não se concretizou. Mas a ideia de se organizar uma exposição de objetos que evocasse o passado amazônico no Forte do Castelo foi prontamente abraçada pelos representantes do comitê organizador das festas de aniversário da fundação de Belém. Nessa mostra, denominada de “Exposição Histórico-Indígena”, ficou latente o cunho evolucionista pelo qual deveria ser descrita a história da Amazônia. A exposição, que ocorreria no final de janeiro de 1916, estava “destinada a recordar os costumes dos nossos antepassados e a marcha do nosso progresso”<sup>3</sup>.

O instinto de antiquário dos organizadores revela o grande valor que as relíquias representavam para eles por se tratar de vestígios do passado que poderiam dar alguma informação sobre aquilo que já não existia mais. Tanto é que, num panfleto em que convidavam a sociedade a fazer doações de objetos, garantiam que “seis prêmios e menções honrosas” seriam “consignados aos objetos mais dignos de apreço pela antiguidade, valor e raridade”, tal era o interesse que tinham em popularizar objetos que fizessem com que os visitantes da exposição percebessem a sua identidade histórica amazônica.<sup>4</sup>

Os objetos doados poderiam ser das mais diversas naturezas, contanto que contassem algo sobre a história dos antepassados. Para construir essa memória, pedia-se, por exemplo, “remessa de todo e qualquer objeto antigo para figurar nessa

<sup>3</sup> IHGP, Arquivo Palma Muniz, Fundo Palma Muniz, Série: panfletos, Ano: 1909 –1927, Tricentenário de Belém - Exposição Histórico-indígena no Castelo de 25 a 31 de janeiro de 1916.

<sup>4</sup> IHGP, Arquivo Palma Muniz, Fundo Palma Muniz, Série: panfletos, Ano: 1909 –1927, Tricentenário de Belém - Exposição Histórico-indígena no Castelo de 25 a 31 de janeiro de 1916.

Exposição: utensílios, vestuário, quadros, relíquias, moedas, joias, livros, mapas, desenhos, pinturas, ornatos, artefatos indígenas, etc., etc.” Sendo que os objetos, para terem maior utilidade didática, deveriam estar “acompanhados de notícias explicativas para figurar no catálogo”<sup>5</sup>.

A fim de que a sociedade viesse a contribuir com a coleta de objetos históricos, o apelo dos organizadores através da imprensa conseguiu atingir seus objetivos. Em 27 de novembro de 1915, o jornal *Folha do Norte*, um dos diários de maior circulação da capital paraense, informava que “continuam a chegar ao forte do Castelo vários utensílios destinados a figurar na próxima exposição daquele monumento ancestral”. Naquele momento, o artista Raymundo Felix da Costa remetia “um candelabro, obra de talha de madeira, com uma antiguidade de mais de 120 anos”, enquanto de Cametá chegava “uma cadeira, de velha rusticidade artística, em que parece ter sentado o legendário Padre Prudêncio”<sup>6</sup>.

A referência a um eclesiástico de renome no passado amazônico, vale dizer, não se fazia à toa. Na exposição do Forte do Castelo, qualquer rastro dos ditos homens ilustres poderia ser exposto para ser evocado como objeto de devoção e ensinamento. Foi assim que o engenheiro Henrique Santa Rosa, figura conhecida nos círculos intelectuais paraenses e membro do comitê organizador dos festejos de trezentos anos de Belém, encarregou-se de “organizar, entre os intelectuais da cidade, uma coleção de autógrafos dos homens ilustres do país, especialmente do Pará, salientando-se de jornalistas paraenses”<sup>7</sup>.

Os “grandes vultos” amazônicos então começavam a ganhar espaço no panteão nacional. A iniciativa de Santa Rosa, no entanto, remonta a ideias defendidas por Rousseau e Comte acerca de uma religião civil que, por sua vez, estimulou uma pedagogia cívica voltada a celebrar o passado e os grandes homens na França (LEAL, 2006). A historiografia francesa, particularmente aquela que se debruça sobre a Terceira República, mostra como essa pedagogia cívica resultou na produção de imagens nas atividades coletivas (AGULHON, 2016; OZOUF, 1976). Foi nessa época, por exemplo, que Comte propôs a Religião da Humanidade<sup>8</sup>, onde as formas de lembrar são

<sup>5</sup> IHGP, Arquivo Palma Muniz, Fundo Palma Muniz, Série: panfletos, Ano: 1909 –1927, Tricentenário de Belém - Exposição Histórico-indígena no Castelo de 25 a 31 de janeiro de 1916.10Tricentenário de Belém – Exposição Histórico-indígena no Castelo de 25 a 31 de janeiro de 1916.

<sup>6</sup> A FUNDAÇÃO de Belém. *Folha do Norte*, Belém, 27 de novembro de 1915, p.1.

<sup>7</sup> A FUNDAÇÃO de Belém. *Folha do Norte*, Belém, 8 de novembro de 1915, p.1.

<sup>8</sup> A Religião da Humanidade, conhecida também como “Positivismo Religioso”, é o sistema religioso criado por Augusto Comte (1798-1857) em 1854, no qual o filósofo francês procura estabelecer as bases



fundamentais. Faziam parte dessa estratégia religiosa, como aponta Leal, as comemorações em atividades públicas cívicas ou culturais que exaltavam os grandes homens que contribuíram positivamente para a história da Humanidade, assim como a construção de prédios públicos destinados a desenvolver a cultura, a confecção de monumentos, estátuas e bustos (LEAL, 2006, p. 37). Os paraenses experimentaram algo semelhantes no final século XIX, quando foi inaugurado, em Belém, o conjunto escultórico em homenagem à República. Trata-se de uma monumental *Marianne* executada pelo escultor italiano Michele Sansebastiano. Como sugere Coelho, coube a Justo Chermont, primeiro governador do Pará e expressiva liderança política positivista no Estado, “elevantar na capital, com declarada finalidade pedagógica, um monumento ao novo regime” (COELHO, 2002, p. 19). Em suma, na invenção dessa tradição (HOBSBAWM; RANGER, 1997) e na criação de lugares de memória (NORRA, 1993), como almejava Theodoro Braga, os paraenses começavam a ter um conjunto de fatos e imagens onde se mirar.

### Entre a ‘história mestra da vida’ e a revisão do passado

Já faz mais dois mil anos que Cícero cunhou sua famosa fórmula para definir a história: *historia magistra vitae*. Nessa concepção, a história aparece como “testemunha dos séculos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira do passado” (HARTOG, 2001, p. 181). Fornecedora de exemplos a serem imitados, a “história mestra da vida” não deixaria de ser retomada ao longo do tempo.<sup>9</sup> Assim, desde “os antigos, a história era considerada um repertório de *exempla*, de precedentes educativos, adequados para exaltar a virtude e suscitar todas as formas de devoção e sacrifício” (GURSDORF, 2001, p. 9).

Apelar para os exemplos de virtudes do passado a fim de despertar no “povo” o amor à pátria foi, por assim dizer, uma das maiores tarefas abraçadas pelos historiadores românticos franceses. Esse é caso de Jules Michelet (1798-1874), cujas paixões

---

de uma completa espiritualidade humana, sem elementos extra-humanos ou sobrenaturais. À semelhança das demais religiões, a Religião da Humanidade tem dogma, culto e regime, templos e capelas; sacramentos, sacerdotes e assim por diante. Todavia, uma particularidade distingue-a radicalmente: ela é uma religião “positiva” ou “científica”. Assim sendo, pode-se classificar a Religião da Humanidade como monista e naturalista. Nela não há espaço para o sobrenatural, pois todos os fenômenos têm origem e causa na natureza (VALENTIM, 2010; FRICK, 1990).

<sup>9</sup> Temistocle Cesar, por exemplo, em um importante trabalho, procura realizar uma genealogia conceitual do *topos*, popularizado por Cícero, de que a história é mestra da vida. Para isso, parte de uma perspectiva de longa duração, a qual vai da antiguidade ao século XXI. Nessa longa travessia, Temistocle Cesar procura “mapear situações em que a *historia magistra vitae* converte-se nas figuras gêmeas da autoridade e da tradição e, finalmente, em crença” (CEZAR, 2018, p. 78).

literárias e políticas, como revelam os estudos sobre sua obra, prevaleciam sobre as pretensões científicas (JHONSON, 1990; FEBVRE, 1992; RICHER, 1995). Michelet estava em busca de uma história épica e visionária, carnal e educativa, na qual o povo e a pátria têm os papéis principais. Assim, fez da história um instrumento de leitura da providência nacional, dando grande ênfase ao seu papel como formadora de uma consciência nacionalista (REFORT, 1923). De igual modo, podemos falar Ernest Lavisse (1842-1922), historiador metódico que presenciou a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) e ascensão do nacionalismo. Lavisse considerava a história como parte integrante da disciplina cívica e patriótica (BOURDON, 2017). Elaborando obras didáticas que deveriam ser lidas pelos franceses, procurou promover o sentimento de pertencimento à unidade nacional (LEDUC, 2016). Enfim, a história como pedagogia social deveria formar bons cidadãos, bons eleitores e bons soldados que “amam o seu fuzil” (TÉTART, 2000, p. 102).

Ora, sabemos bem dos diálogos travados pelos os intelectuais paraenses que fariam parte Histórico e Geográfico do Pará com essa historiografia francesa do século XIX. Eustáchio de Azevedo, poeta e escritor, teve contato com a visão historiográfica do positivista Hippolyte Taine (1828-1893) e, sobretudo, com as obras de Michelet (RODRIGUES, 2005, p. 43). Theodoro Braga conheceu Lavisse, com quem aprendeu a maneira mais adequada de divulgar a história à massa da população. Como o historiador francês, o pintor paraense comporia uma história clara, clássica, exigente, inteligível para o grande público e os estudantes (FIGUEIREDO, 2008). Tanto é que seu livro *Apostilas de História do Pará* (1915), ao lado de *Alma e Coração* (1905), de Hygino Amanajás, desempenhou um importante papel na promoção de uma cultura cívica no ambiente escolar republicano (CARDOSO, 2013).

Compartilhavam da mesma posição os engenheiros João de Palma Muniz, Henrique Santa Rosa e Ignácio Moura, alguns dos principais nomes da produção da historiografia paraense da época (MORAES, 2009). Ignácio Moura, por sinal, escreveu o sugestivo livro *Vultos e descobrimento do Brasil e da Amazônia: obra ilustrada e enriquecida de documentos históricos (Pará, 1900)*. Nesta obra, dialogou com Francisco Adolfo de Varnhagen e Capistrano de Abreu, dois grandes expoentes da historiografia brasileira (RODRIGUES, 2005, p. 43). Além disso, os historiadores do instituto paraense seguiam de perto seus predecessores, como Arthur Vianna (1873-1911) que, em 1900, levou a público o livro *Pontos de História do Pará – 1616-1816*. Os episódios em suas páginas remontam ao período colonial na Amazônia e a fundação



de Belém. Tal obra, como chama atenção Sarges, era “dedicada aos estudantes, glorificadora dos grandes feitos, homens e instituições” (SAGES, 2002, p. 103).

Os exemplos de virtude celebrados nos livros ganhavam projeção nas efemérides pátrias. Durante os primeiros anos da década de 1910, as festas cívicas e as homenagens aos vultos pátrios amazônicos estiveram a cargo dos indivíduos congregados na Associação da Imprensa e na Associação Comercial, assim como de representantes de outras associações congêneres que existiram nos tempos da Primeira República no Pará. Essas associações não deixariam de cumprir com essa tarefa nos anos seguintes. No entanto, com a reinstalação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) em 6 de março de 1917, o dever de alimentar a chama da lembrança e impedir que os velhos traços do passado desaparecessem passou a ser responsabilidade dessa instituição. A história arquitetada pelos intelectuais de expressão da época abrigados no IHGP, como Theodoro Braga, Henrique Santa Rosa, Ignácio Moura, Palma Muniz, Eustáquio de Azevedo e outros pertencentes a essa geração, procurou acrescentar ao patrimônio da história regional acontecimentos e homens, instituições, vitórias e derrotas, provações e desafios de todos os gêneros, que, aos poucos, passaram a constituir o museu imaginário de uma história regional articulada com a história nacional (RODRIGUES, 2005, p. 12).

Sob a pena desses intelectuais, a biografia dos vultos pátrios amazônicos tomava forma, adquirindo uma forte conotação republicana à medida que se decidia o que era digno de interesse e o que não era. Nesse sentido, sua visão de história se assemelhava àquela do século anterior. Ou seja, seguia a escrita do passado elaborada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasileiro (IHGB) durante o Império, que tomava como “modelo uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltados tal qual heróis nacionais” (SCHWARCZ, 1998, p. 127). Portanto, no processo de construção de uma memória nacional levado a efeito pelos letrados paraenses, continuava a operar um trabalho de domesticação do passado “segundo necessidades e demandas” (GUIMARÃES, 2006, p. 47).

Não é de estranhar, portanto, que a concepção de uma história mestra da vida, pedagoga da civilidade e da civilização tenha se revelado mais presente do que nunca na cabeça dos intelectuais do Instituto. Em 1918, por exemplo, já após um ano de vida daquela agremiação, mantendo contato, trocando informações com várias outras associações congêneres Brasil afora e aumentando o seu quadro social com figuras de grande expressão, como foi o caso de Francisco da Rocha Pombo, historiador de

renome no Brasil<sup>10</sup>, finalmente chegava a hora de comemorar o primeiro aniversário do IHGP depois reinstalado. Aproveitava-se então a ocasião para entronizar os vultos pátrios que melhor expressassem as mais altas qualidades moral e intelectual do extremo norte do país.

No entanto, vale lembrar que, desde dezembro de 1917, os sócios do IHGP já vinham se preparando para comemorar o primeiro aniversário dessa associação. Com a responsabilidade de zelar e forjar uma memória coletiva amazônica, o Instituto Histórico procurou fomentar a produção de estudos e monografias que tivessem como tema assuntos relacionados com a história da Amazônia. As teses que deveriam ser estudadas figurariam como suporte da orientação historiográfica que o IHGP desejava colocar a público durante a solenidade do aniversário do Instituto (RODRIGUES, 2005). Para isso, fazia-se necessário que os interessados enviassem os seus trabalhos à secretaria do IHGP “até 15 de fevereiro próximo, impreterivelmente, a fim de que, aceitos”, pudessem ser publicados “no 2º semestre da Revista a sair em 6 de março em comemoração à essa data do Instituto”<sup>11</sup>.

Os assuntos a serem abordados passavam por todos os períodos da história do Brasil e da Amazônia, tratando das diversas questões relacionadas com acontecimentos importantes desde os tempos mais remotos do Pará até aqueles que se pode dizer que ainda eram recentes. Entre os mais antigos, por exemplo, pedia-se pesquisas históricas sobre “as ordens religiosas que contribuíram para a Conquista e Colonização do Pará”; já entre os acontecimentos mais recentes, pedia-se estudos sobre a “Adesão do Pará à República”. Por outro lado, imperava entre os trabalhos requisitados os grandes acontecimentos políticos da região. Entre eles estavam “a proclamação da adesão do Pará à Independência em 14 de abril de 1823, em Belém”, “a proclamação da Independência em Muaná, antes de 15 de agosto de 1823”, “Estudos históricos sobre a

<sup>10</sup> Francisco da Rocha Pombo, que já era membro do IHGB desde 1900, passou a fazer parte, juntamente com Cândido Rondon, do quadro de sócios honorários do Instituto Histórico do Pará em 20 de dezembro de 1917. A presença de Rocha Pombo no instituto paraense provocou uma verdadeira chuva de elogios por parte dos seus membros, começando por Lauro Sodré, que declarou que se julgava “jubiloso, como presidente desta agremiação e como governador do Estado”, pois o motivo estava em ver se incorporar ao núcleo de estudiosos que era o IHGP, “nomes que se impunham ao respeito, à estima, à admiração nacional por seus serviços, pelos seus estudos, pela sua reconhecida competência”, sobretudo pelo fato de estar incluído entre os nomes dos novos sócios o então renomado “querido e venerado vulto de Rocha Pombo, que acabara de legar ao país a obra, até agora mais completa sobre as tradições nacionais”. IHGP, Livro de Ata (06/03/1917 a 06/03/1931), Pacote: 03, Ata da sessão de Assembleia Geral do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, efetuada em 21 de novembro de 1917. De fato, em uma associação como o IHGP, que esperava ter reconhecimento nacional, nada melhor que ter em seus quadros de associados os nomes já reconhecidos nos círculos intelectuais do país.

<sup>11</sup> IHGP, Fundo: Palma Muniz, Série: panfletos (1909-1927), Teses a serem enviadas para a solenidade do 1º aniversário do IHGP (12/12/1917).

Cabanagem no interior da antiga província do Grão-Pará, como em Cametá, Gurupá, Almeirim, Santarém, Faro etc.”. A preocupação do Instituto com as fronteiras geográficas do estado e, ao mesmo tempo, o interesse em também dar à identidade amazônica contornos territoriais, fez com que o IHGP solicitasse “monografias geográficas sobre o Pará” e “história Territorial do Grão-Pará”.<sup>12</sup> No entanto, um vento inovador para os padrões da historiografia que dominou o século XIX e início do XX parece ter soprado nos debates do Instituto. Trata-se, sobretudo, do interesse em estudar um novo componente da nação: o negro.

Nos trabalhos de Theodoro Braga e de vários intelectuais de sua época, embora guardasse certas semelhanças com a historiografia anterior, já havia também alguma diferença em relação a ela. Na nova versão da história da Amazônia arquitetada por eles, a imagem do índio deixa de ser a de um personagem distante da realidade, preso no passado, figura pré-colombiana, passando a ser objeto de investigação histórica e a ser encarado como representante do nativo (FIGUEIREDO, 2001, p. 123). Dentro dessa mesma perspectiva, o IHGP começa a encarar o negro como uma das personagens formadoras da nacionalidade, ou seja, deixa de ignorar a sua presença no palco da história amazônica quando, em meio aos vários temas, solicitava a produção de um trabalho que explicasse “a introdução da raça negra no Grão-Pará e sua influência no novo meio”<sup>13</sup>.

Ainda dentro das propostas de teses a serem apresentadas ao Instituto, é possível perceber a preocupação dos membros do IHGP em dar forma a uma história que ainda se estava por fazer ou refazer. Assim, solicitava-se entre as teses uma que revelasse o “melhor método a estabelecer para ser escrita a história do Estado do Pará”. Mas, caro leitor, não percamos a linha de raciocínio que nos trouxe até aqui. Na evocação dos vultos pátrios, o estudo que encabeçava a lista de trabalhos solicitados era justamente aquele que tratava da “biografia de homens ilustres”, que poderia ser um natural das terras amazônicas, ou que pelo menos “tenha prestado serviços à Amazônia e com especialidade ao Pará”<sup>14</sup>.

<sup>12</sup> IHGP, Fundo: Palma Muniz, Série: panfletos (1909-1927), Teses a serem enviadas para a solenidade do 1º aniversário do IHGP (12/12/1917).

<sup>13</sup> IHGP, Fundo: Palma Muniz, Série: panfletos (1909-1927), Teses a serem enviadas para a solenidade do 1º aniversário do IHGP (12/12/1917).

<sup>14</sup> IHGP, Fundo: Palma Muniz, Série: panfletos (1909-1927), Teses a serem enviadas para a solenidade do 1º aniversário do IHGP (12/12/1917). Vale dizer que muitos desses aspectos encontram eco no Estado do Amazonas. Como o seu homólogo paraense, o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA) foi fundado em 1917 e sua agremiação intelectual guardava estreita relação com esfera de poder no Estado. Charles Maciel Falcão, ao analisar o papel dessa entidade, mostra como os intelectuais agregados ali

## Retratos do passado como espelhos do presente

Entrando pelo ano de 1918, a preocupação em transformar o aniversário do Instituto em um grande evento, que funcionasse como uma espécie de marco da nova vida intelectual do Pará, fez como que os preparativos para essa solenidade passassem a ser o principal tema a ser discutido pelos membros do IHGP. Em meio aos debates que procuravam mostrar a melhor maneira de se realizar a tão esperada solenidade, seria levantada uma proposta que marcaria profundamente as formas posteriores de se prestar homenagens aos grandes vultos históricos amazônicos durante as festas cívicas no Pará. Em 23 de janeiro daquele ano, em uma das sessões administrativas do IHGP, realizada ainda na sede social da Associação da Imprensa, Ignácio Moura apresentava como programa das festas a serem celebradas pelo Instituto no dia 6 de março, data do aniversário do IHGP, “além de outros números”, a proposta “de uma exposição no Salão do Teatro da Paz de retratos a óleo ou crayon de homens ilustres, que trabalharam para o desenvolvimento moral, intelectual e industrial do Pará”. Acrescentava, em seguida, que os notáveis a serem homenageados deveriam estar compreendidos no tempo que iria “desde a fundação de Belém até a fundação da República”.<sup>15</sup> Essa proposta passou por um ligeiro e entusiasmado debate, sendo aceita por unanimidade pelos membros do Instituto.

Proposta aprovada, era a hora de sair à cata dos retratos dos considerados homens ilustres da história do Pará. Os retratos dos vultos, que representariam o caráter do homem nacional, foram coletados nos mais diversos lugares, que iam desde os prédios públicos às residências das viúvas, desde galerias dos sodalícios aos acervos da imprensa local, da associação comercial ao quinhão dos filhos e netos dos dignitários (FIGUEIREDO, 2001, p. 153). Em 28 de Fevereiro de 1918, os sócios do IHGP se reuniam novamente para tratar das últimas medidas a serem tomadas para a salinização do 1º aniversário do Instituto. Nesse momento, Ignácio Moura, que era presidente dessa associação, comunicava já “poder contar com setenta retratos de varões ilustres na história do Pará”, os quais deveriam figurar “na primeira série da Galeria Histórica a ser inaugurada no próximo 6 de março”<sup>16</sup>.

---

tomaram a missão de pensar acerca da realidade do Estado e propor caminhos possíveis ao momento de crise econômica verificado na década de 1910 (FALCÃO, 2019).

<sup>15</sup> IHGP, Livro de Atas (1917 - 1919), Pacote: 02, Ata da sessão de administração e estudos do IHGP, realizada em 23 de janeiro de 1918.

<sup>16</sup> IHGP, Livro de Ata (1917 - 1919), Pacote: 02, Ata da sessão de administração e estudo do IHGP, realizada em 28 de fevereiro de 1918.

Os quadros e telas representando os denominados homens ilustres, produzidos pelos pinceis de vários artistas, deveriam vir acompanhados de suas ligeiras biografias impressas em um catálogo a fim de dar informações sobre os homenageados. Em tempos de crise da economia da borracha na Amazônia, que atingiu em cheio a região, os membros do Instituto recorreram ao seu protetor para contribuir com essa tarefa, o governador Lauro Sodré. Naqueles dias, Ingácio Moura ressaltava que “o dr. Lauro Sodré, patriótico governador do Estado”, atendendo aos impulsos do IHGP, “ordenou que as oficinas do Diário Oficiais, com a maior presteza”, viessem a imprimir o respectivo “Catálogo da nossa Exposição”. Nele deveriam estar presentes “os ligeiros traços biográficos desses ilustres representantes da nossa cultura cívica e moral”. Além de atender a essa solicitação do IHGP, dizia Ignácio Moura, o governador pediu que o Instituto aceitasse “qualquer lucro na vendagem dessas brochuras em favor dos nossos cofres sociais, o que sinceramente lhe agradecemos”<sup>17</sup>.

Para levar a efeito aquela iniciativa, foram incumbidos de desempenhar a missão de imprimir o catálogo, “precioso repositório dos acontecimentos a que estavam ligados os beneméritos retratados”, os cidadãos Theodoro Braga, Lassance Cunha, Ponte e Souza, Adalberto Lassance e Cunha, Manoel Braga Ribeiro e Firmo Cardoso<sup>18</sup>. Os homens ilustres que teriam suas vidas imortalizadas no catálogo e nos retratos, objetivando espelhar o caráter do homem nacional, foram escolhidos a partir dos mesmos critérios adotados pelo fotógrafo Benedito Bastos ao produzir o “Álbum Histórico” em 1915 para figurar nas comemorações do tricentenário de Belém no ano seguinte (RODRIGUES, 2005, p. 12), ou seja, os homenageados não precisavam ter nascido necessariamente no Brasil ou na Amazônia, contanto que tivessem contribuído para o engrandecimento da região. No mesmo tom, Ignácio Moura procurou justificar a presença de tantos indivíduos estrangeiros que se misturavam aos nacionais na galeria dos vultos pátrios amazônicos, ressaltando que essa “galeria não só é formada de filhos da nossa terra, mas de varões, nacionais e estrangeiros”, no entanto, não de qualquer varão nacional ou estrangeiro, mas daqueles que, “com a sua energia, seu patriotismo e talento, trabalharam algures para o desenvolvimento do Estado”, o qual não ficou

<sup>17</sup> IHGP, Relatório de presidentes (1918-1931), Pacote: 01, Relatório da presidência do IHGP, apresentado a sessão solene de Assembleia Geral, ao concluir o 1º aniversário da sua fundação (1918).

<sup>18</sup> IHGP, Relatório de presidentes (1918-1931), Pacote: 01, Relatório apresentado ao IHGP, em sessão de 6 de março de 1919.

indiferente a esses esforços, pois “agora lhes presta”, pelo intermédio do Instituto, “merecidas honras às suas virtudes”<sup>19</sup>.

Chegado o dia tão esperado de 6 de março, os membros do Instituto Histórico se fizeram presente em massa no Salão Nobre do Teatro da Paz para proceder à abertura da Galeria Histórica, contando para isso com várias autoridades religiosas, civis e militares. A sessão que inaugurou a galeria foi presidida por Eladio Lima, secretário geral do Estado e representante do Governador, ladeado por Ignácio Moura, presidente do IHGP, e por Martins Pinheiro, intendente de Belém. Tomaram ainda assento nas demais cadeiras os General Calheiros Lima, inspetor da Região Militar; D. Santino Coutinho, arcebispo de Belém; Bento Miranda, deputado federal; Luiz Estevão, orador oficial do Instituto; Antonio Chermont, representante do *Jornal do Comércio*, e, por fim, Martins Bessa e José Coutinho de Oliveira, 1º e 2º secretários do IHGP respectivamente<sup>20</sup>.

Nesse momento sobraram elogios e ressentimentos, onde ao mesmo tempo em que os presentes buscavam fazer discursos altamente patrióticos, de integração da Amazônia, em todos os sentidos, ao corpo da nação, revelavam também um forte sentimento de angústia pelo abandono ou desinteresse por parte do governo federal e dos estados do Centro-Sul em relação às questões amazônicas, imprimindo ao discurso patriótico um tom crivado de expresso bairrismo. Não foi por outro motivo que Luiz Estevão, orador oficial, deixou claro que o Pará não havia se apercebido das injustiças que no Sul lhe faziam, mostrando fazer parte da nação à medida que comemorava uma data que não era sua, como era o caso de 6 de março, data comemorativa do centenário da Revolução pernambucana de 1817. A fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará deveria ser encarada como uma grande contribuição para o país e, o Pará, com esse ato, mesmo relegado a um canto longínquo da pátria, dava provas de seu alevantado civismo<sup>21</sup>.

Após isso, Luiz Estevão partiu para uma série de elogios a alguns membros do Instituto, principalmente a Ignácio Moura, ao qual Rocha Pombo já havia considerado como o “Patriarca da História Paraense”, mas, dizia Luiz Estevão, “patriarca apenas no prestígio hierático da sua autoridade moral”, porque Ignácio Moura teria uma heroica mocidade representada na sua inteligência e “nos gestos do coração”. Ignácio Moura

<sup>19</sup> IHGP, Relatório de presidentes (1918-1931), Pacote: 01, Relatório da presidência do IHGP, apresentado a sessão solene de Assembleia Geral, ao concluir o 1º aniversário da sua fundação (1918).

<sup>20</sup> IHGP, Livro de Ata (06/03/1917 a 06/03/1931), Pacote: 03, Ata da sessão geral do IHGP, realizada em 6 de março de 1918 para comemorar o 1º aniversário desse Instituto.

<sup>21</sup> IHGP, Livro de Ata (06/03/1917 a 06/03/1931), Pacote: 03, Ata da sessão geral do IHGP, realizada em 6 de março de 1918 para comemorar o 1º aniversário desse Instituto.



também seria um cidadão que revelava ser um homem “sempre iluminado pelos ideais superiores da humanidade e da civilização”, ideais estes que parecem ter desertado do mundo sensível e que só poderiam ser apercebidos por alguém que, como ele, “vê com olhos d’alma, no mundo inteiro de uma consciência limpa e de uma bondade sem limites”. Mas os elogios de Luiz Estevão não pararam por aí. Partindo para a figura de Candido Rondon, o orador oficial da exposição não viu o menor problema em atribuir ao engenheiro militar o título de “último dos bandeirantes, misto de explorador e catequista, que depois de quatro séculos de vida nacional”, vinha desempenhar um papel de suma importância para a pátria, que consistia em “completar a obra de Domingos Jorge Velho e de José de Anchieta, desvendando ao país o resto da sua grandeza ignorada” e, com isso, “integrando na comunhão nacional milhares de brasileiros ainda relegados para fora da civilização”<sup>22</sup>.

Essa visão de indivíduos “iluminados” e com o papel de “civilizador”, além das explícitas comparações com vultos da história pátria que teriam tido essa missão no passado, expressa na fala de Luiz Estevão dirigida a Ignácio Moura e a Candido Rondon, revela-nos mais um pouco sobre a própria imagem que os membros do IHGP tinham cultivado sobre si – contemplavam, nos vultos do passados, os papéis que atribuíam a si mesmos no presente: os de “alavancas da civilização” e de “colunas sustentadoras da Pátria”.

Para coroar um discurso impregnado de nacionalismo, Luiz Estevão passa a fazer referência à galeria cívica inaugurada pelo Instituto. Logo as palavras do orador se revestem de um simbolismo religioso que sugeria dar à história da pátria e aos vultos amazônicos atributos praticamente celestes. Luiz Estevão, parafraseando o afamado Rui Barbosa, dizia “que a presença da Nação bastava para transformar um teatro ou um circo numa Catedral”. E a identificação da história da pátria com uma história santa continua, pois o empolgado orador compara o salão do Teatro da Paz com “a nave de um grande templo”, acrescentado que a pátria estaria ali “na subjetividade das evocações” que aquela data sugeria e, claro, “na representação dos grandes vultos, que na eloquente mudez de suas falas nos contemplam severos”, e cuja presença “santifica este recinto”. A transformação do panteão amazônico em assembleia celeste dá às comemorações do aniversário do IHGB uma verdadeira conotação de culto ecumênico, pois o Instituto, nas palavras de Luís Estevão, convidava o cidadão paraense a vir,

<sup>22</sup> IHGP, Livro de Ata (06/03/1917 a 06/03/1931), Pacote: 03, Ata da sessão geral do IHGP, realizada em 6 de março de 1918 para comemorar o 1º aniversário desse Instituto.

“neste momento de grave incerteza para a nossa pátria”, realizar ali “a grande missa da democracia e do patriotismo”<sup>23</sup>.

Passou então a falar Eladio Lima, representante do governador, frisando mais uma vez que a data de 6 de março, “de ora avante, não pertencia somente à história de Pernambuco. Ela lembraria aos vindouros a fundação do Instituto Histórico e Geográfico”. Fazendo uma clara defesa dos seus organizadores, Eladio Lima fez questão de afirmar que seriam “homens de reconhecida cultura intelectual” e que o Instituto viria a “prestar relevantes serviços ao desenvolvimento” do estado do Pará<sup>24</sup>.

Assim, foi declarada aberta a galeria e as autoridades que estavam ali presentes foram convidadas a caminhar pelo salão sob o som do Hino Nacional.<sup>25</sup> Naquele mesmo momento, Ignácio Moura chamava a atenção do público em nome do IHGP, recomendando “a todos os concidadãos que não deixem de visitar demoradamente essa galeria de homens notáveis”, e diante de cada vulto, os visitantes deveriam procurar “estudar-lhes o caráter e imitar-lhes os exemplos”<sup>26</sup>. Tudo isso mostra que essa galeria de personagens ilustre reforça ainda mais a ideia de uma história mestra da vida, onde o passado, com os seus exemplos, revela ensinamentos para as ações presentes. Por outro lado, os heróis que deveriam servir como exemplos a serem imitados não poderiam deixar de ter participado de algum momento da história da Amazônia, o que demonstra um caráter particular da exposição, dando a entender que o Pará agora tinha em sua história regional personagens dignos de figurarem como heróis pátrios, representantes da nacionalidade.

Na Galeria Histórica, o visitante poderia visualizar vários dos vultos pátrios que já vinham sendo constantemente homenageados nas festas cívicas anteriores. Entre eles, por exemplo, figuravam o general Gurjão, o padre Antônio Vieira, o padre Prudêncio Tavares, dom Frei Caetano Brandão, Dom Romualdo Coelho, o Barão do Marajó, João de Deus do Rego, Gonçalves Batista de Moura, Domingos Ferreira Pena, Soares Carneiro e muitos outros vultos pátrios amazônicos que, tendo as suas biografias

<sup>23</sup> IHGP, Livro de Ata (06/03/1917 a 06/03/1931), Pacote: 03, Ata da sessão geral do IHGP, realizada em 6 de março de 1918 para comemorar o 1º aniversário desse Instituto.

<sup>24</sup> IHGP, Livro de Ata (06/03/1917 a 06/03/1931), Pacote: 03, Ata da sessão geral do IHGP, realizada em 6 de março de 1918 para comemorar o 1º aniversário desse Instituto.

<sup>25</sup> IHGP, Livro de Ata (06/03/1917 a 06/03/1931), Pacote: 03, Ata da sessão geral do IHGP, realizada em 6 de março de 1918 para comemorar o 1º aniversário desse Instituto.

<sup>26</sup> IHGP. Relatório de presidentes (1918-1931), Pacote: 01, Relatório da presidência do IHGP, apresentado à sessão solene de Assembleia Geral, ao concluir o 1º aniversário da sua fundação (1918).

escritas pelos historiadores do Instituto, ganhavam feições nitidamente republicana, heroicas e, por vezes, santas<sup>27</sup>.

### **A história que se deve aprender e cultivar**

Passados doze dias de exposição da galeria, o Instituto se preparava para os atos solenes de mais uma data cívica. Tratava-se agora de 14 de abril, “quando no Pará”, acreditavam os membros do Instituto, “ocorreu, em 1923, o primeiro movimento em favor da Independência do Brasil”, fato esse, diziam aqueles intelectuais revisionistas, “que geralmente é comemorado em 15 de agosto”. Para ocasião, foi então sugerida a ideia de se “convidar um profundo conhecedor da história paraense” para que, no dia da comemoração, produzisse “uma conferência em que se esclarecessem os acontecimentos” que justificavam a celebração daquela data<sup>28</sup>. Na redescoberta da história da Amazônia, como temos visto aqui, os historiadores do Instituto, fazendo uma releitura dos acontecimentos, procuram reformular o calendário cívico e vulgarizar ao máximo os motivos da data a ser comemorada, principalmente através de palestras que tratassem do tema.

Desse modo, aproveitando mais essa comemoração cívica, os membros do Instituto decidiram prolongar a galeria até 14 de abril, tendo o secretário geral do Estado dado “a permissão para continuar com a exposição no Teatro da Paz” até aquele dia<sup>29</sup>. Durante os dias em que os retratos dos vultos pátrios amazônicos estiveram expostos ao público para serem venerados e imitados, muitos cidadãos paraenses puderam ter a oportunidade de contemplar a face de seus heróis e aprender um pouco sobre suas vidas.

Segundo Ignácio Moura, que um ano depois relembra aquilo como “um grande feito” do Instituto, circularam naqueles dias, no salão nobre do Teatro da Paz, “mais de 10 mil pessoas”, visitando a Galeria “durante os 40 dias em que esteve ela exposta”, e entre esse número, “os alunos dos colégios e escolas públicas de Belém”. Nessas ocasiões, aconteceu o que não poderia deixar de entusiasmar os intelectuais que procuravam solidificar o tema do nacionalismo e do civismo - os alunos “penetravam no

<sup>27</sup> Aldrin Moura de Figueiredo (2001, p. 147-167) trata muito bem desse assunto, mostrando como os membros do Instituto, na construção dos vultos pátrios amazônicos que figuraram na Galeria Histórica, procuraram acomodar a biografia de cada um dos homenageados, ressaltando as qualidades que melhor representasse o caráter do homem nacional, ao mesmo tempo em que se preocupavam com a tarefa de entronizar como santa, a imagem dos heróis da pátria.

<sup>28</sup> IHGP, Atas (1917-1919), Pacote: 02, Ata da Sessão de administração e estudos de Diretoria e Conselho do IHGP, realizada a 18 de março de 1918.

<sup>29</sup> IHGP, Atas (1917-1919), Pacote: 02, Ata da sessão administrativa de Diretoria e Conselho do IHGP, realizada em 5 de abril de 1918.

recinto, entoando hinos patrióticos, sob aplausos entusiásticos da assistência”. A comemoração não ficou restrita à contemplação dos vultos pátrios, visto que “professores e intelectuais, aproveitando a ocasião, efetuaram 28 conferências públicas, na própria sala da exposição”, tomando “para a dissertação das suas teses as tradições memoráveis ali representadas”<sup>30</sup>.

Ignácio Moura lembrou também que, ainda durante a exposição, foi “sugerido o alvitre de ser organizado um álbum com as fotografias das preciosas telas e crayons”, agora com um texto ampliado, “dando notícia histórica de cada um dos seus representantes”. Todavia, as ambições patrióticas dos intelectuais do Instituto haviam esbarrado num persistente e conhecido problema do Pará daquele período: a difícil questão econômica da Amazônia. Assim, Ignácio Moura lamentava em seu relatório dizendo que, “infelizmente, pela carência de meios ainda não conseguimos realizar esse *desideratum*, que esperamos levar a efeito antes de ser apresenta a 2º série da mesma galeria”<sup>31</sup>.

De fato, a ideia de se produzir um álbum com fotografias da 1ª série da Galeria Histórica havia sido proposta pelo próprio Ignácio Moura<sup>32</sup>. Para isso, não faltaram interessados. Ainda por volta de 22 de março de 1918, era enviada ao Instituto a proposta de dois fotógrafos que se diziam interessados “a fazer o álbum fotográfico da Galeria de retratos, inaugurada por este Instituto”<sup>33</sup>. Esta proposta foi intensamente discutida entre os membros do IHGP, mostrando um grande interesse destes na produção do álbum. Porém, diante da difícil situação econômica, alegaram dificuldades para realizarem tal feito sem maiores ônus para os cofres do Instituto. No início de abril de 1918, Benedicto Bastos, o mesmo que elaborou o Álbum Histórico em 1915 para as festas do tricentenário, enviou uma correspondência ao IHGP, na qual dizia desejar arquivar em seu ateliê fotográfico, “clichês representando personagens ilustres do Estado do Pará, para uma obra histórica” que almejava “mais tarde confeccionar, talvez solicitando a coadjuvação literária e científica” do próprio Instituto. Para tanto, pedia permissão ao IHGP para “tomar chapas fotográficas de todos os retratos” expostos na

<sup>30</sup> IHGP, Relatório de presidentes (1918-1931), Pacote: 01, Relatório apresentado ao IHGP, em sessão de 6 de março de 1919.

<sup>31</sup> IHGP, Relatório de presidente (1918-1931), Pacote: 01, Relatório apresentado ao IHGP, em sessão de 6 de março de 1919.

<sup>32</sup> IHGP, Atas (1917-1919), Pacote: 02, Ata da sessão de administração de Diretoria e Conselho do IHGP, realizada a 18 de março de 1918.

<sup>33</sup> IHGP, Atas (1917-1919), Pacote: 02, Ata da sessão de administração e estudos do IHGP, realizada em 22 de março de 1918.

Galeria Histórica.<sup>34</sup> No dia 5 do mesmo mês, Benedicto Bastos recebeu a permissão do IHGP, sendo que o Instituto impunha a condição ao fotógrafo de entregar à associação “duas provas de cada fotografia que tirar”<sup>35</sup>.

Havia, portanto, um forte desejo dos membros do IHGP de eternizar em um álbum fotográfico aquele singular momento que, provavelmente, consideravam como um dos mais importantes marcos da vida intelectual do Pará. Ali estava a prova da utilidade do Instituto na construção da nacionalidade, onde, ao mesmo tempo, era inaugurada uma maneira de se homenagear os vultos pátrios que serviria de modelo para as próximas festas cívicas. Tanto é que Ignácio Moura, num explícito tom bairrista, afirmou que os membros do IHGP tiveram “a honra de serem os iniciadores na organização desse método de estudos e exemplificação”, acrescentando ainda que, para esses intelectuais, não constava “que outro instituto congênere do país, mesmo do estrangeiro”, tenha organizado uma tão copiosa homenagem “à recordação dos homens notáveis nas suas gloriosas tradições”<sup>36</sup>.

Por fim, em 14 de abril de 1918, os membros do IHGP se reuniram mais uma vez no salão nobre do Teatro da Paz, contando agora com a presença do governador Lauro Sodré, que presidiu a sessão solenidade para o encerramento da Galeria Histórica. Estiveram presentes ali autoridades civis e militares, juntamente com outros representantes da sociedade paraense. Na ocasião, foram feitos vários discursos que homenageavam àquela data, incluindo o do orador oficial, Luís Estevão, que no momento “tomava como principal motivo de sua quente e arrebatadora oração, a integridade territorial e política da pátria brasileira”<sup>37</sup>. Após isso, dava-se por encerrada a 1ª série de “Uma Galeria Histórica” organizada pelo IHGP. Os heróis pátrios amazônicos, outrora esquecidos, finalmente haviam tido uma “justa homenagem” forjada por parte de seus patrícios do presente. Assim, intelectuais do IHGP haviam cumprido, por enquanto, com o seu dever cívico de dar a Amazônia uma história gloriosa, na qual seus cidadãos poderiam se orgulhar e dela tirar os exemplos de civismo e patriotismo dos quais pareciam tão carentes.

---

<sup>34</sup> IHGP, Ofícios recebidos (1917-1919), Pacote: 01, Correspondência enviada por Benedicto Bastos ao IHGP, em 4 de abril de 1918.

<sup>35</sup> IHGP, Ata (1917-1919), Pacote: 02, IHGP, Ata da sessão de administração da Diretoria e Conselho do IHGP, realizada a 5 de abril de 1918.

<sup>36</sup> IHGP, Relatório de presidentes (1918 -1931), Pacote: 01, Relatório apresentado ao IHGP, em sessão de 6 de março de 1919.

<sup>37</sup> IHGP, Livro de Ata (6/03/1917 a 6/03/1931), Pacote: 03, Ata da sessão solene do IHGP, realizada a 16 de abril de 1918.

## Conclusão

Os intelectuais paraenses que se empenharam em reler a história da Amazônia no início do século XX e que se tornam membros do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, como vimos aqui, viveram parte de suas vidas na segunda metade do século anterior, tendo contato com a escrita da história desse período. Eles presenciaram, sobretudo, os debates travados no Brasil e na Europa que tinham como pano de fundo o projeto de nação “moderna” e “civilizada”. Projeto esse, diga-se de passagem, muito almejado durante o Império e, posteriormente, no período republicano no Brasil. Partindo disso, buscaram então dar uma nova interpretação à história da região, procurando inseri-la na história nacional.

Portanto, todo o esforço que esses letrados imprimiram em busca do passado amazônico nas primeiras décadas do século XX deixa claro que a missão de dar forma inteligível à história regional, dirigida ao grande público, tinha como um dos seus principais anseios construir uma identidade regional/nacional na Amazônia. A integração político-territorial do extremo norte, que nesse período parecia ainda não estar muito bem definida, não poderia prescindir da história que, como pedagoga do nacionalismo e do civismo, desenvolveria o sentimento de pertencimento à nação em meio aos cidadãos comuns.

Daí o interesse desses intelectuais que, coadjuvados por políticos e artistas, revestiram-se da autoridade de historiadores, procurando desenvolver o culto à memória da pátria por eles escolhida. Assim, criaram uma paisagem histórica na qual faziam uma recapitulação dos momentos sucessivos do passado, no curso do qual a Amazônia e a nação se tornaram o que eram. Nesse processo de construção da memória ideal, eles não se furtaram em acrescentar e subtrair do passado aquilo que melhor lhes convinha. O importante era que a história, instrumentalizada como uma pedagogia cívica, forjasse no extremo norte do Brasil o sentimento de pertencimento à nação. Por fim, ao invocar “as lições da história”, fizeram com que ela dissesse aquilo que vinha de encontro aos seus intentos.



## Referências

### Fontes manuscritas

IHGP, Livro de Ata (06/03/1917 a 06/03/1931), Pacote: 03, Ata da sessão de Assembleia Geral do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, efetuada em 21 de novembro de 1917.

IHGP, Fundo: Palma Muniz, Série: panfletos (1909-1927), Teses a serem enviadas para a solenidade do 1º aniversário do IHGP (12/12/1917).

IHGP, Arquivo Palma Muniz, Fundo Palma Muniz, Série: panfletos, Ano: 1909 –1927, Tricentenário de Belém – Exposição Histórico-indígena no Castelo de 25 a 31 de janeiro de 1916.

IHGP, Fundo: Comitê Patriótico, Série: Atos de Correspondências, 1915.

IHGP, Livro de Atas (1917 - 1919), Pacote: 02, Ata da sessão de administração e estudos do IHGP, realizada em 23 de janeiro de 1918.

IHGP, Livro de Ata (1917 - 1919), Pacote: 02, Ata da sessão de administração e estudo do IHGP, realizada em 28 de fevereiro de 1918.

IHGP, Atas (1917-1919), Pacote: 02, Ata da Sessão de administração e estudos de Diretoria e Conselho do IHGP, realizada a 18 de março de 1918.

IHGP, Livro de Ata (06/03/1917 a 06/03/1931), Pacote: 03, Ata da sessão geral do IHGP, realizada em 6 de março de 1918 para comemorar o 1º aniversário desse Instituto.

IHGP, Atas (1917-1919), Pacote: 02, Ata da sessão de administração de Diretoria e Conselho do IHGP, realizada a 18 de março de 1918.

IHGP, Atas (1917-1919), Pacote: 02, Ata da sessão de administração e estudos do IHGP, realizada em 22 de março de 1918

IHGP, Atas (1917-1919), Pacote: 02, Ata da sessão administrativa de Diretoria e Conselho do IHGP, realizada em 5 de abril de 1918.

IHGP, Livro de Ata (6/03/1917 a 6/03/1931), Pacote: 03, Ata da sessão solene do IHGP, realizada a 16 de abril de 1918.

IHGP, Ofícios recebidos (1917-1919), Pacote: 01, Correspondência enviada por Benedicto Bastos ao IHGP, em 4 de abril de 1918.

IHGP, Relatório de presidentes (1918-1931), Pacote: 01, Relatório da presidência do IHGP, apresentado à sessão solene de Assembleia Geral, ao concluir o 1º aniversário da sua fundação (1918).

IHGP, Relatório de presidentes (1918-1931), Pacote: 01, Relatório apresentado ao IHGP, em sessão de 6 de março de 1919.

### Fontes impressas

A FUNDAÇÃO de Belém. *Folha do Norte*, Belém, 27 de novembro de 1915, p.1.

A FUNDAÇÃO de Belém. *Folha do Norte*, Belém, 8 de novembro de 1915, p.1.

### Bibliografia

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégia de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.

AGULHON, Maurice. *Política, imagens, sociabilidades: de 1789 a 1889*. Zaragoza: Prensa de la Universidad de Zaragoza, 2016.

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BENJAMIN, Walter. Anmerkungen. In: *Gesammelte Schriften* (GS), Frankfurt: Suhrkamp Verlag, Band I, 3, 1881.
- BOURDON, Étienne. *La forge gauloise de la nation: Ernest Lavisse et la fabrique des ancêtres*. Lyon: ENS éditions, 2017.
- BURKE, Peter. História como memória social. In: BURKE, Peter. *Variedade de História cultural*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.
- CARDOSO, Wanessa Carla Rodrigues. “*Alma e coração*”: o Instituto Histórico e Geográfico do Pará e a constituição do corpus disciplinar da história escolar no Pará republicano (1900-1920). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Pará: Belém, 2013.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CASTRO, Raimundo Nonato de. *Conquista do Amazonas: a construção de símbolos na primeira República brasileira*. (Monografia de Conclusão de Curso de Especialização) UFPA, 2006.
- CEZAR, Temístocles. O que fabrica o historiador quando faz história, hoje? Ensaio sobre a crença na história (Brasil séculos XIX-XXI). *Rev. Antropol.* São Paulo, v. 61, n. 2, p. 78-95, 2018.
- COELHO, Geraldo Mártires. *No coração do povo: monumento à República em Belém (1891-1897)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- COLI, Jorge. *Como estudar a arte brasileira no século XIX?*. São Paulo: Editora SENAC, 2005.
- FALCÃO, Charles Maciel. *O Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e o itinerário da construção de um campo intelectual em Manaus-AM*. Tese (Dourado em Sociedade e Cultura na Amazônia) Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura, Manaus, 2019.
- FEBVRE, Lucien, 1878-1956. *Michelet et la Renaissance Paris*: Flammarion, 1992.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos Modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. Tese (Doutorado em História). Unicamp, IFCH, 2001.
- \_\_\_\_\_. A gênese do Progresso: Teodoro Braga e a pintura da fundação de Belém. In: BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar (Org.). *Terra matura: historiografia e história social da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002, p. 109-136.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. A memória modernista do tempo do Rei: narrativas das guerras napoleônicas e do Grão Pará nos tempos do Brasil – Reino (1808-1831). *Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro*. v. 1, n. 2, 2008.

FRICK, Jean-Paul. *Auguste Comte, ou La République positive*. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 1990.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Escrever a história, domesticar o passado. In: LOPES, Antonio Herculano *et al* (org.). *História e linguagens*. Texto, imagens, oralidade e representação. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 45-57.

GURSDORF, Georges. *As relações da França e da América: violência e sabedoria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

\_\_\_\_\_. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

HOBBSAWM, Eric.; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JOHNSON, Douglas W. J. *Michelet and the French Revolution*. Oxford; New York: Clarendon Press, 1990.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

LEAL, Elizabete. O papel das belas artes em uma pedagogia cívica: possíveis diálogos entre Comte e Rousseau. *Temas & Matizes*, Unioeste/Paraná, v. 5, n. 9, p. 35- 42, primeiro semestre de 2006. (2006).

LEDUC, Jean. *Ernest Lavisse: l'histoire au coeur*. Malakoff: Armand Colin, 2016.

MORAES, Tarcisio Cardoso. *A engenharia da história: natureza, geografia e historiografia na Amazônia*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

OZOUF, Mona. A Festa: sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

RODRIGUES, Silvio Ferreira. *Efemérides Paraenses: O Tricentenário de Belém e a nova história da Amazônia, 1915 – 1918*. Monografia de Conclusão de Curso. Laboratório de História / UFPA, 2005.

REFORT, Lucien. *L'art de Michelet dans son oeuvre historique (jusqu'en 1867)*. Paris, E. Champion, 1923.

RICHER, Laurence. *La cathédrale de feu: le Moyen Age de Michelet, de l'histoire au mythe*. Saint-Cloud: Palam, 1995.

SARGES, Maria de Nazaré. Fincando uma Tradição Colonial na República. In: BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar (orgs.) *Terra matura: historiografia e história social da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002, p. 97-108.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TÉTAT, Philippe. *Pequena História dos Historiadores*. Bauru, Edusc, 2000.

LENTIM, Oséias Faustino. *O Brasil e o Positivismo*. Rio de Janeiro: Publit, 2010.